



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568294 - SC (2020/0073408-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ALTAMIR FRANCA
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA - SC021986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : THOMAS DO NASCIMENTO (PRESO)
CORRÉU : PAULINHO FERREIRA VIDAL
CORRÉU : MARCIO BATISTA MACARIO
CORRÉU : GABRIEL ROBERTO TOMIO
CORRÉU : JOÃO LORIANO DE SOUZA JUNIOR
CORRÉU : GERSON BAER
CORRÉU : ARIEL DA SILVA
CORRÉU : ALANA GARCIA MAÇANEIRO
CORRÉU : VINICIUS KLAUBERG
CORRÉU : MARCOS DOS SANTOS
CORRÉU : DJONNY RAULINO
CORRÉU : LUAN LUCAS DA SILVA
CORRÉU : LUIZ CLAUDER FUSIGNER
CORRÉU : MAICON HENRIQUE DA COSTA
CORRÉU : AMANDA DA SILVA
CORRÉU : LEANDRO WINIARCZYK
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em benefício de THOMAS DO NASCIMENTO, contra decisão monocrática proferida no HC 5006222-55.2020.8.24.0000.

Narra a inicial que o paciente encontra-se preso preventivamente em razão de crime cometido sem violência e grave ameaça (tráfico e associação para o tráfico de drogas), no Presídio Regional de Blumenau. Afirmar que o referido estabelecimento prisional permaneceu interditado entre 14/11/2019 e 12/02/2020, em razão de superlotação. Aduz que apesar de a interdição ter sido levantada, as más condições do presídio permanecem.

Diante disso, impetrou ordem no tribunal de origem, pretendendo a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas. O pedido não foi conhecido, em razão da supressão de instância (fls. 208/212).

No presente *mandamus*, reitera os argumentos e pedidos, pretendendo o impetrante, em sede liminar e no mérito, a substituição da prisão (fls. 3/9).

Brevemente relatado, decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Isso porque a tese relativa à possibilidade de substituição da prisão cautelar por medida diversa não foi, como ressaltado na decisão ora impugnada, submetida ou analisado pelo Juízo de primeiro grau de jurisdição.

O surgimento de fato novo, como a alegação de receio de contaminação pelo vírus Covid-19, deve inicialmente ser submetido ao Juízo de primeiro grau, não

devendo ser analisado diretamente na Corte de origem ou nesta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES À SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU E DO DEFENSOR CONSTITUÍDO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. MATÉRIA NÃO CONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A matéria debatida neste writ - nulidade dos atos posteriores à sentença por ausência de intimação do réu e do seu defensor constituído nos autos da sentença condenatória -, ainda que de ordem pública, não foi, em nenhum momento, objeto de exame pelas instâncias ordinárias, até porque nem sequer foi abordada na apelação interposta pela Defensoria Pública, razão pela qual não pode ser originariamente conhecida no âmbito desta Corte Superior de Justiça (art. 105, II, 'a', da Constituição Federal), sob pena de indevida supressão de instância.

2. É cabível a análise, em habeas corpus, da questão suscitada perante a Corte estadual e aqui reiterada, qual seja, a almejada intimação pessoal da sentença condenatória (ou na pessoa do seu defensor, caso solto o réu), visto que essa matéria não requer análise de controvérsia factual nem demanda produção de provas.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 71.499/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 9/10/2015)

Ante o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator